

PIRENÓPOLIS - GO: CRESCIMENTO DA MALHA URBANA E ATIVIDADES TURÍSTICAS

Boanerges Candido da Silva

Professor do CEFET - Goiânia

Mestrando em Desenvolvimento e Tecnologia - UTFPR.

boanerges@cefetgo.br

Maclovia Correa da Silva

Prof. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia - UTFPR

macloviasilva@utfpr.edu.br

RESUMO

Esse artigo aborda a expansão da malha urbana e ocupação dos espaços em Pirenópolis-Goiás. A inauguração de Brasília em 1960 acelerou a urbanização regional e o crescimento populacional e gerou uma forte demanda por turismo, entendido como ato de viajar para entretenimento, lazer e contemplação das paisagens. Esse fenômeno movimentou a economia local e aqueceu o mercado imobiliário deslocando os moradores do centro histórico para áreas periféricas. A nova realidade criou dificuldades para a preservação dos atrativos turísticos.

Palavras chave: Turismo; ocupação espacial; malha urbana.

PIRENÓPOLIS-GO: CRESCIMENTO DA MALHA URBANA E ATIVIDADES TURÍSTICAS

ABSTRACT

This work approaches to the urban net expansion and the occupation of the spaces in Pirenópolis-Goiás. The inauguration of Brasília in 1960 accelerated the regional urbanization and the population explosion that created a strong demand for tourism and leisure. It is understood as the act of traveling for entertainment and also the act of admiring the views. This dynamic moved the local economy and heated up the real estate market dislocating the residents from the historical center to the outskirts. As a consequence, it was found many difficulties in the use of the soil to preserve the touristy attractions.

Key-words: Tourism; space occupation; urban net.

INTRODUÇÃO

Esse artigo trata da expansão da malha urbana em Pirenópolis, cidade localizada no Estado de Goiás a 150 quilômetros de Brasília-DF e das transformações promovidas pela transferência da Capital Federal para a região central do país. Durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi construída a nova capital. O Brasil, durante 197 anos (1763-1960) manteve a sede do governo federal na cidade do Rio de Janeiro.

O "olhar" para o interior do País é muito recente e ganha maiores contornos, durante o governo de Juscelino e do seu Plano de Metas, responsável pela incorporação de um novo padrão de acumulação para a região, que pretendia integrá-la ao restante do País, a partir de três eixos: a) investimentos estatais na área de infra-estrutura, no sentido de solucionar os pontos de

Recebido em 14/19/2007

Aprovado para publicação em 25/08/2008

estrangulamento da economia regional; b) estímulo aos investimentos privados (nacionais e estrangeiros) pela instalação de plantas industriais; e c) interiorização do País, por meio do projeto da construção de Brasília (ROCHA NETO, ET AL, 2006, p. 108).

Desde 1960, quando a Capital da República foi inaugurada no Planalto Central Brasileiro, ocorrem os fenômenos da urbanização e da aceleração do crescimento populacional, no seu entorno³ de forma mais intensa e nos demais espaços da região Centro-Oeste. Segundo cientistas sociais, as décadas de 1960 e 1970 foram marcadas pelos investimentos na área de habitação, com a construção de residências financiadas com os recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS (MARQUES & BICHIR, 2001), essa nova política habitacional teve influência marcante no fenômeno descrito.

Os centros urbanos irradiaram para as periferias os serviços, os postos de trabalho e a distribuição da renda. Nesses espaços instalavam-se as pessoas de baixa renda e inserida no mercado informal de trabalho. Santos & Bronstein, em 1978 (citado por MARQUES & BICHIR, 2001, p. 10) colocam que esse modelo metropolitano brasileiro foi construído na cidade do Rio de Janeiro, e exportado para as cidades brasileiras.

Azevedo (2003), professor Universidade Estadual do Norte Fluminense, explica que mesmo dentro do regime político autoritário, entre os anos 1973 e 1988, havia uma estrutura institucional que organizava a aplicação e capitalização dos recursos financeiros federais. O inverso aconteceu nos anos 1990, com a introdução de modelos de gestão urbana com recursos da iniciativa privada, com a participação de organizações não governamentais, e formação de agências e redes nacionais para atuar na expansão dos serviços públicos.

Benny Schvasberg (2003) assinala que o crescimento demográfico tem caminhado em direções diferentes daquelas ocorridas até os anos 1990. As cidades médias e as periferias das grandes aglomerações urbanas estão alcançando taxas elevadas de crescimento o que tornam complexas as articulações sócio-espaciais.

Segundo Soares & Bessa é provável que os elevados custos dos imóveis urbanos nas metrópoles tenham contribuído em parte com esse movimento, aumentando a importância dos centros urbanos intermediários – devido ao fato de possuírem papéis regionais e locais expressivos – na região dos cerrados no Brasil central. Afirmam ainda a respeito das cidades médias brasileiras, que de modo geral, “[...] nas últimas décadas, vêm apresentando um acentuado crescimento populacional, associado a um crescente desenvolvimento fundamentado na implantação de uma base infra-estrutural ligada aos transportes e às comunicações” (SOARES & BESSA, 1999, p. 25).

Na década de 90, o aprofundamento da tendência de fragmentação da estrutura produtiva brasileira, com o crescimento, por exemplo, da agroindústria, agricultura irrigada, empreendimentos voltados à exploração de recursos naturais, a acelerada urbanização da fronteira⁴, ratificou a inflexão na trajetória da taxa de crescimento urbano das metrópoles, observada na década de 80. A participação do crescimento metropolitano no total cai expressivamente, enquanto as cidades de pequeno e médio porte passam a registrar uma maior participação (SCHVASBERG, 2003, p. 45).

Na instância social do lazer cresceu o Turismo⁵ e ganhou destaque a partir da década de 1980. Adotamos, nesse texto, a concepção clássica de viajar com fins de entretenimento baseado na

³ O termo “entorno” se refere aos municípios, que estão localizados nas proximidades do Distrito Federal e sofrem uma forte influência sócio-econômica desta unidade da federação.

⁴ O termo “fronteira” será empregado no presente artigo com o sentido de: área de cerrado no Planalto Central Brasileiro que foi preservada por muitos anos e que a partir de meados do século passado passou a ser ocupado pela atividade agrícola, para o cultivo de produtos destinados ao mercado externo.

⁵ O termo “Turismo” será grafado neste artigo com letra maiúscula para ressaltar a importância da atividade no contexto sócio-econômico de Pirenópolis-GO.

idéia de que nesses deslocamentos as pessoas contemplam passivamente as paisagens sem participação ativa (VITORINO, 2003, p. 5). A atividade turística pode ainda ser definida do ponto de vista econômico como: o conjunto de resultados alcançados e de serviços necessários para atrair aqueles que fazem turismo. (OLIVEIRA, 2001; DIAS & AGUIAR, 2002). Entretanto, os turistas desconhecem a dinâmica das cidades, que, gradativamente, vai perdendo referências e novos símbolos e signos tomam conta dos espaços.

A presença de visitantes na cidade de Pirenópolis, sobretudo vindos da Capital Federal e da Capital do Estado de Goiás, intensificou o fluxo de pessoas movimentando a economia e o mercado imobiliário e alterando o cotidiano dos moradores. Assim, é grande o risco do local, em função das atividades turísticas, de se deparar com o esvaziamento da identidade, e “a cidade [transformar-se] no espetáculo do consumo, as ruas [redimensionarem-se e ganharem] outro conteúdo que elimina o lúdico, pois, transforma-se, em lugar de passagem” (CARLOS, 2004, p. 62). A valorização do centro histórico transformou os usos do solo, e ela mobilizou os tradicionais proprietários a cederem seus espaços para o funcionamento de serviços de hotelaria, alimentação e lojas. Além disso, houve um estímulo para estender a malha urbana em direção às áreas periféricas. O município experimenta hoje as conseqüências da exploração do Turismo e enfrenta dificuldades para manter seus atrativos históricos e naturais em bom estado de conservação.

As alterações que ocorrem nos atrativos em virtude da presença dos visitantes fazem com que a localidade perca a capacidade de atrair novos turistas, que procuram outros locais que ainda apresentam um bom estado de conservação. Segundo Maria Luiza Mendonça, professora titular do Instituto de Estudos Sócio-ambientais - UFG⁶ e Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Turismo e Cultura, a busca incessante do novo, do diferente, do ainda não explorado, intocado pelo desenvolvimento e pelo capital, aliado ao uso intenso de paisagens e das mais variadas manifestações culturais “compromete e destrói ou retira da localidade as condições mesmas que originariamente a elegeram” (2003, p. 43).

O pensamento racionalista e o idealista vão se conflitar durante todo o século XIX, e as ciências da natureza, do homem, o progresso científico e social vão fundamentar as ações do ser humano na natureza, mediadas pelo processo de trabalho ativo. ROMANCINI & MARTINS (2005), ao discutirem o conceito de natureza, e os processos de ocupação do cerrado, apontam para as relações entre cultura e representações do mundo natural. Todavia, os processos de desmatamento e a mudança das paisagens alteram os olhares sobre as festas populares ligadas aos símbolos naturais: o morro, os rios, as árvores.

O POTENCIAL TURÍSTICO DE PIRENÓPOLIS -GO

A cidade goiana chamada inicialmente de “*Meia Ponte*”, hoje Pirenópolis, começou seu povoamento quando Bartolomeu Bueno da Silva, o “*Anhangüera*”, estabeleceu-se em Vila Boa de Goiás, hoje Cidade de Goiás. Os bandeirantes, à procura de ouro, foram avançando para os sítios próximos, e chegaram às minas auríferas localizadas no Rio das Almas, por eles nomeada de Nossa Senhora do Rosário, localizadas aos pés da Serra dos Pireneus⁷ (BARBOSA, TEIXEIRA NETO & GOMES, 2000).

Inicialmente a localidade cresceu com a vinda de pessoas interessadas em explorar o minério, jazida abundante no leito do Rio das Almas. O arraial foi elevado à vila de Meia Ponte em 10 de julho de 1832, e elevada à categoria de cidade em agosto de 1853. Mudou de nome em 1890, quando passou a se chamar Pirenópolis por conta de se achar plantada aos pés Serra dos Pireneus (BERTRAN, 2000).

⁶ Universidade Federal de Goiás.

⁷ Urbano do Couto Menezes, atendendo as determinações de Bartolomeu Bueno da Silva, nos idos de 1727-1730 acompanhou o bandeirante Manoel Rodrigues Tomar até as Minas de Nossa Senhora do Rosário, localizada aos pés da Serra dos Pireneus.

A cidade, beneficiada pela sua localização geográfica, próxima ao Distrito Federal, oferece opções e possibilidades de lazer, e possui características remanescentes da arquitetura portuguesa, com traçado de ruas irregular, com uma tendência à linearidade, possuindo núcleos populacionais distintos no tecido urbano, os quais se juntam formando um desenho irregular.

O centro histórico remonta ao tempo do ciclo aurífero e as construções arquitetônicas e urbanísticas de estilo colonial que o compõem, apresentando características opostas aos modernos monumentos existentes em Brasília. Segundo Siqueira a Capital Federal agrupa dois grandes mitos: a Cidade Utópica⁸ e a Terra prometida⁹. O primeiro se refere ao planejamento urbano e a arquitetura futurista do Plano Piloto (2003), e “os fundadores da cidade estavam imbuídos do sonho e da missão de inaugurar um novo tempo em uma nova *civitas* para um Brasil fundado no belo, na igualdade e na universalidade” (p.77).

Localizado no *Entorno* do Distrito Federal, sendo um dos municípios que compõem a RIDE¹⁰ - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno, Pirenópolis ganhou importância devido às opções de lazer, que se constituem de atrativos naturais, das áreas rurais e do patrimônio histórico, além da rica cultura local.

Geógrafos vêm estudando o crescimento das malhas urbanas, fundadas nos interesses de pessoas que procuram momentos de lazer em lugares bucólicos, os quais passaram a serem explorados e se transformam em plataformas políticas voltadas para o desenvolvimento das localidades de pequeno porte.

É necessário destacar que recentemente a atividade turística, seja rural, cultural ou ecológica, está se tornando uma alternativa para o desenvolvimento sustentável das pequenas cidades do cerrado, pois apresenta novas possibilidades de crescimento regional. Desse modo, as cachoeiras, as antigas fazendas e a paisagem natural estão tornando-se elementos importantes nessas aglomerações, como é o caso de Pirenópolis [...] (SOARES & BESSA, 1999, p. 26).

Os moradores do Distrito Federal passaram a invadir o município nos finais de semana, nos feriados prolongados, nos períodos de férias (janeiro e julho) e também em datas festivas, quando, ocorrem comemorações, manifestações folclóricas e outros eventos, inclusive de natureza religiosa¹¹.

Os atrativos naturais e os demais eventos combinados com a pequena distância que separa Brasília do município de Pirenópolis favorecem a presença de um importante contingente de turistas na localidade. Os dados da Tabela 01 abaixo revelam que os moradores de Brasília-DF, e de Goiânia-GO freqüentam assiduamente as festas realizadas na cidade de Pirenópolis. Também demonstram que a cidade esta mais conhecida a nível nacional e até internacional, situação que pode trazer inúmeros benefícios econômicos para a localidade através do aumento do número de visitantes.

A facilidade de acesso se caracteriza pela existência de boas rodovias federais e estaduais e pela presença de um aeroporto. Além disso, Pirenópolis está situado à cerca de 150

⁸ Thomas Morus (1478-1535) foi o escritor que tratou da utopia, da cidade sem propriedade privada, sem moeda e diferente da sociedade feudal. Escreveu a obra intitulada “Utopia”.

⁹ Baseada na idéia do mito do profano e do sagrado na construção da Terra Prometida.

¹⁰ A RIDE é um organismo constituído de 20 municípios do Estado de Goiás e dois do Estado de Minas Gerais. O objetivo desse procedimento administrativo é estabelecer mecanismos institucionais que permitam ao poder público, nos três níveis tratar de forma adequada os problemas da região, buscando o crescimento econômico e a preservação ambiental.

¹¹ No mês de julho ocorrem as “Cavalhadas”, uma encenação da guerra entre cristãos e mouros; a festa do Morro é uma celebração religiosa, no pico mais alto dos Pirineus, com procissão e missa; Festa da Capela do Rio do Peixe, em louvor a Nossa Senhora de Santana; Festival de Inverno são alguns exemplos de manifestações culturais.

quilômetros de Brasília, e 120 quilômetros de Goiânia. Estas duas localidades e as demais cidades a elas conurbadas¹² concentram um número de pessoas que se aproxima de 6.500.000 e são os centros urbanos são os mais populosos da região Centro-Oeste, deles partindo o maior fluxo de visitantes em direção a Pirenópolis-GO, conforme observado, nos dados da tabela 1.

Tabela 1

Origem dos visitantes de Pirenópolis-GO

Origem	Semana Santa		Cavalhadas	
	2002	2003	2002	2003
Distrito Federal	41,64	49,23	37,64	39,47
Goiânia	33,81	29,80	30,26	25,00
Interior do Estado de Goiás	14,23	8,59	19,56	9,21
Estado de São Paulo	-	-	-	12,17
Outros estados	9,96	12,37	12,18	12,17
Outros países	-	-	0,00	1,97
Não respondeu	0,36	0,00	0,00	0,00

Fonte: Agência Goiana de Turismo - AGETUR/2002-2003

A REDE URBANA E O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO NA REGIÃO CENTRO-OESTE

Até a década de 1960 a rede urbana¹³ do Planalto Central foi estabelecida em função da baixa densidade demográfica e da estagnação econômica, presentes na região devido aos grandes latifúndios e a pecuária. "Anteriormente a rede urbana das áreas de cerrado apresentava-se desarticulada, ou seja, com pequena integração interna, [...]" (SOARES & BESSA, 1999, p. 15). Até então era uma região onde predominavam os vazios demográficos. A construção de estradas ligando a capital federal aos demais centros nacionais, permitiu o crescimento econômico e a atração de migrantes para a região central do país (MOREIRA, 2002).

Segundo Bessa & Soares (2001) a rede urbana da Região Centro-Oeste é recente e tomou a atual configuração após a inauguração da Capital Federal. As principais cidades da região são Brasília e Goiânia, concentrando o principal contingente populacional e os centros de poder federal e estadual. Segundo dados da tabela 2, confirmou-se o que estava previsto, desde os anos 1930, pelas políticas públicas definidas pelas autoridades de Estado, que era atrair novos habitantes para a região central do país. A transferência da Capital Federal reforçou "as políticas de interiorização do país, [e] teve grande impacto político, econômico e social nas áreas de cerrado" (SOARES & BESSA, 1999, p. 14) e influenciou a formação de uma rede urbana que foi determinada pelas atividades econômicas e pela localização dos centros de poder.

Durante os governos militares, as políticas públicas incentivaram a ocupação das regiões Centro-Oeste e Norte, entre as medidas tomadas naquele momento estão a construção de rodovias como: a Belém-Brasília, a Cuiabá-Santarém, a Transamazônica, a Manaus-Porto Velho e a Brasília-Cuiabá, entre outras, todas usadas para promover a interiorização do desenvolvimento e a criação de novos núcleos populacionais. A região passou por intenso processo de urbanização, especialmente a área central do Estado de Goiás e as imediações do Distrito Federal.

¹² Conurbação ou área conurbada é o conjunto formado por uma cidade e seus subúrbios, ou por cidade central e as outras a ela reunidas constituindo uma seqüência, sem se confundirem (AURÉLIO, 1994).

¹³ As cidades estão conectadas entre si por uma estrutura de transportes e meios de comunicação, estas conexões formam as redes urbanas. As relações nessas redes urbanas são hierárquicas, pois algumas cidades exercem papel de comando.

O Centro-Oeste passou por grandes transformações nas últimas décadas, especialmente depois da construção de Brasília, [...] era uma região com baixa densidade demográfica. A abertura da rodovia Belém-Brasília em 1962 e a posterior construção de outras grandes estradas atraíram capitais e migrantes (MOREIRA, 2002, p. 252-253).

No período também se incentiva a ocupação das áreas de cerrados para fins agrícolas. A soja foi o produto mais cultivado e a produção está totalmente voltada para o comércio exterior. Segundo Theodoro, Leonardos & Duarte (2002), a partir da década de 1970, a região passou a ser explorada de forma intensiva, com a produção voltada para o mercado externo. A adoção do modelo agroexportador viabilizou o desenvolvimento regional, mas criou problemas sociais como a concentração de renda e terra. "Este modelo de desenvolvimento agrícola adotado pelo país, e especialmente no cerrado, além de socialmente injusto, vem acarretando problemas ambientais gravíssimos, [...]" (2002, p. 147).

Os autores afirmam que a urbanização acelerada e o rápido crescimento da economia regional propiciado pela modernização do campo não foram acompanhados pela preocupação ambiental, pois com a "[...] implantação da agricultura moderna, assumiu-se a premissa de que tudo era bom e adequado para qualquer situação, sem preocupações com escassez e qualidade dos recursos naturais" (THEODORO, LEONARDOS & DUARTE, 2002, p. 158).

Bessa & Soares assinalam que no período compreendido entre os anos de 1960-1996, na região Centro-Oeste, houve um crescimento econômico provocado pela introdução de novas tecnologias para o plantio e armazenamento de grãos, da implantação de novas atividades relacionadas à pecuária e à avicultura (2001). Essa modernização nas atividades agropecuárias também pode ser compreendida a partir das idéias de Moreira (2002).

Tabela 2

Evolução da população em Brasília-DF, na RIDE¹⁴, Goiânia-GO e Região Metropolitana de Goiânia¹⁵ (1960-2005).

Municípios	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2005
Brasília	139.796	538.351	1.176.935	1.596.272	1.821.946	2.051.146	2.333.108
RIDE	115.953	161.386	246.039	353.976	635.573	815.522	1.029.832
Goiânia	151.953	381.055	714.174	920.257	1.003.477	1.093.007	1.201.006
RM de Goiânia	-	-	-	1.312.709	-	1.743.297	2.013.073
TOTAL	406.762	1.080.792	2.137.148	4.183.216	3.460.996	5.702.972	6.577.019

Fonte: FIBGE¹⁶, Censos Demográficos, 1960-2000. Contagem Populacional 1996 e 2005.

O crescimento populacional e a intensa urbanização ocorrida nas últimas décadas do século XX na Região Centro-Oeste, especialmente no Distrito Federal e no Estado de Goiás, repercutem na conservação, sustentabilidade e desenvolvimento econômico centrado na exploração dos recursos naturais. Assinala Silva (2003) que os padrões de produção sobre os quais se deu o crescimento econômico no Cerrado são dificilmente sustentáveis em longo prazo, uma vez que concentram a renda e a estrutura fundiária, produzem impactos ambientais cumulativos e perigosos, são estimuladores do êxodo rural e da ocupação desordenada de novas áreas rurais e urbanas.

O cerrado é a cara do Brasil. Cidades inchadas, favelas, campos arrasados

¹⁴ Dados referentes à Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE, incluem apenas os municípios goianos que fazem parte da mesma.

¹⁵ A Região Metropolitana de Goiânia-GO foi criada em 30/12/1999 pela Lei Complementar Estadual n° 027.

¹⁶ Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

pelas máquinas e povoados por bois, soja, cercas. Idealizado como celeiro que aliviaria a nossa penúria, o cerrado se converteu em grande exportador de víveres. Na mesma proporção em que cresce a produção, aumenta também a degradação, do ambiente e das condições de vida (BURSZTYN, 2002, p.9).

Analisando a distribuição da população nas áreas de cerrado, há uma tendência para aumentar a concentração da população nas cidades e de um acelerado crescimento populacional. O Estado de Goiás apresenta um índice de urbanização de 80,81%, segundo o censo de 2000 da FIBGE e o Distrito Federal um índice de urbanização superior a 93%, enquanto o total da região é de 86,70%. “A população urbana do Centro-Oeste cresceu 780% em apenas três décadas” (MMA, 1998, p. 18).

O espaço geográfico brasileiro a partir da década de 1950 teve a sua organização fortemente influenciada por processos sociais, políticos e econômicos que geraram uma nova divisão regional constituída por três grandes regiões, o Centro-Sul, o Nordeste e a Amazônia. O desaparecimento do Centro-Oeste nesta nova classificação ocorreu devido à fragmentação político-administrativa que ali se verificou na década de 1980, a qual reflete processos mais acentuados de diferenciação sócio-econômica do território. O autor afirma que falar “[...] organização regional do espaço brasileiro é algo muito complexo, pois se trata da regionalização de um país de grandes dimensões que tem passado por um complexo e desigual processo de diferenciação que envolve o espaço e o tempo” (CORRÊA, 2005, p. 197). Ainda segundo Roberto Lobato Corrêa o processo possui “[...] ritmos distintos de transformação e, ao que parece, tendem a se tornarem mais velozes ao final do século XX” (2004, p. 197).

Tabela 3

Taxa de urbanização da população residente, segundo as grandes regiões 1960/2000

Grandes Regiões	Taxa de urbanização da população residente (%)				
	1960	1970	1980	1991	2000
Norte	37,38	45,13	50,32	59,04	69,70
Nordeste	33,89	41,81	50,46	60,65	69,00
Sudeste	57,00	72,68	82,81	88,02	90,50
Sul	37,10	44,27	62,41	74,12	80,90
Centro-Oeste	34,22	48,04	70,84	81,28	86,70
Brasil	44,67	55,92	67,59	75,59	82,00

Fonte: FIBGE, Censos Demográficos, 1960-2000.

Mas, explica o arquiteto e urbanista ambiental Cândido Malta Campos Filho, o processo de crescimento das cidades acarreta em elevação dos preços dos terrenos. O mercado monopolista de terras urbanas apresenta altas rentabilidades, e isso acontece pelo fato da dificuldade de se encontrar produto com rendimento semelhante que substitua a terra enquanto investimento. Além disso, a oferta é irregular dentro do tecido urbano, e os investidores encontram nesse produto uma renda segura e crescente, ou seja, a “demanda por terrenos provocou um acelerado crescimento das cidades tanto vertical quanto horizontalmente” (CAMPOS FILHO, 2001, p.50).

A população brasileira tem se concentrado nas cidades, e segundo dados (IPEA¹⁷) de 1998 cerca de “80% da população já vive em áreas urbanas”, e o controle do uso do solo juntamente com a especulação imobiliária aumenta a complexidade das condições de vida e das relações

¹⁷ IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

sociais. O arquiteto Cândido Malta (citado por SILVA, 2000, p. 141) se opõe à prática especulativa, presente nas grandes aglomerações urbanas, as quais geram muitas dificuldades para as camadas menos favorecidas da população e criam dificuldades para o ordenamento do solo urbano.

[...] excedentes para restritos grupos de agentes do setor imobiliário-construtor trazendo conseqüências para a reprodução do capital e da força de trabalho. Para que ocorra um desenvolvimento social equilibrado, diz ele, o poder local precisa criar mecanismos eficientes de contenção da especulação imobiliária para garantir que os moradores serão os beneficiários. Isso implica em alterar as condições com que uma população se fixa na cidade e como elas utilizam os meios coletivos disponíveis, de tal forma que se formem novos comportamentos, e que haja adaptações para novas regras de provisão de serviços públicos e de desenvolvimento para o processo imobiliário.

FATORES DE CRESCIMENTO DA MALHA URBANA DE PIRENÓPOLIS

Ramina (2004), ao tratar do processo urbano industrial da Região Metropolitana de Curitiba, retoma o processo de desenvolvimento nacional e explica que o sistema de transporte e a organização espacial urbana eram, desde os governos militares, símbolo de eficiência da racionalidade técnica e indutores do crescimento. Com isso, em escalas locais e regionais, foi possível agrupar os municípios e reforçar a tendência de urbanização. Para o autor, “as redes podem ser vistas como estruturas especiais que conferem certas particularidades aos sistemas de recursos naturais que abastecem as metrópoles e que estão intimamente associadas à constituição do processo de metropolização” (2004, p. 57).

O autor defende a abordagem sistêmica para embasar teoricamente seus estudos, e diz que a interação entre as partes estimula o movimento do todo, estabelecendo “padrões de conexão”. O instrumento analítico para mapear relações políticas ou de poder pensado por Claude Raffestin (citado por RAMINA, 2004), também colabora para entender os conceitos de centralidade e periferismo. Um sistema, uma rede como forma de organização política que estabelece relações com a urbanização e com a divisão territorial do trabalho.

É importante se ressaltar que a “rede urbana nas áreas de cerrado foi determinada pelo dinamismo das atividades econômicas e pela localização dos centros de poder, tanto federal quanto estaduais” (SOARES & BESSA, 1999, p. 16). O desenvolvimento urbano e econômico do Município de Pirenópolis, no Estado de Goiás, está dentro do contexto dos conceitos de centralização e concentração. Ramina (2004) colabora com o arcabouço teórico desse texto ao estabelecer diferenças conceituais entre a centralização, aqui o caso do Distrito Federal enquanto organização intencional do espaço, e a concentração, resultante da deformação do espaço, explicada por Almeida (2005) a partir da industrialização do Sudeste do país.

A autora faz um paralelo entre as políticas de expansão agrícola implantadas no Centro-Oeste e na região Sudeste, em consonância com o Plano de Metas de (1956), que contemplava a construção de Brasília, associada à implantação da rodovia Belém-Brasília, visando à ocupação do Cerrado. A vegetação natural foi desaparecendo para dar lugar aos plantios homogêneos e às obras de infra-estrutura. Há uma reorientação quanto aos comportamentos coletivos e individuais das práticas de uso dos recursos naturais e energéticos.

Almeida (2005) ao levantar os dados estatísticos sobre a taxa de urbanização do Estado de Goiás, diz que os dados “revelam os processos de urbanização acentuando as desigualdades municipais, e a necessidade de considerar as diferenciações territoriais ao se tratar de sujeitos excluídos [...]” (p. 333). A razão desse processo pode ser analisada sob o ponto de vista do capital, Barros explica que ao retrocedermos nosso olhar para o passado temos elementos marcantes para “duvidar de que seja a pobreza a causa dos problemas ambientais. Ao contrário, nossa convicção tende a se consolidar na direção de que esta causalidade reside tendencialmente [sic] na concentração da riqueza, espacial e economicamente” (BARROS, 2004, p.267).

Barros (2004) afirma que a industrialização acentua tanto o movimento de deslocamento quanto o de concentração de pessoas, e por vezes, confunde os limites entre áreas urbanas e áreas rurais. As possibilidades de melhorar a qualidade de vida, no que tange aos setores da habitação, saúde, infra-estrutura, emprego e capacitação profissional funcionam como atrativos que provocam os movimentos de esvaziamento e de crescimento de cidades. Um exemplo desse processo acontece dentro das metrópoles que têm, por um lado, suas áreas centrais esvaziadas, e por outro o rápido crescimento dos assentamentos irregulares e das áreas periféricas, precárias em infra-estrutura.

Um fator bastante relevante dos deslocamentos das pessoas é o fato do aumento territorial dos latifúndios na região agrícola, com extensas áreas de plantação, e esse fato social provoca a expulsão forçada de pequenos proprietários: “Já nos anos 80, a agricultura intensiva tomou impulso na região [centro-oeste], com a viabilização tecnológica da soja definindo a estrutura fundiária que mostra um perfil ainda mais claro quanto ao predomínio das grandes propriedades” (THEODORO, LEONARDOS & DUARTE, 2002, p. 149).

Karam (2004) diz que podemos considerar o rural uma continuidade do urbano do ponto de vista espacial, e a tabela abaixo permite pensar que o modo de vida diferenciado produzido no espaço urbano cria referências do ponto de vista social as quais interferem na percepção da realidade.

Tabela 4

Evolução da população em Pirenópolis e nos municípios goianos que fazem parte da RIDE

Municípios	População total						
	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2005
Pirenópolis	26.494	32.065	29.320	25.056	24.717	21.245	21.241
T O T A L	115.953	161.386	246.039	353.976	635.573	815.522	1.029.832

Fonte: FIBGE. Censos Demográficos, 1960-2000. FIBGE. Contagem Populacional 1996 e 2005.

É possível inferir, a partir dos dados da Tabela 4, as seguintes tendências de movimentações populacionais em Pirenópolis, Goiás:

- Até 1960 – os dados revelam uma cidade brasileira de pequeno porte localizada na Região Integrada - RIDE, antes da inauguração de Brasília-DF;
- De 1960 a 1970 – o crescimento populacional de Pirenópolis foi significativo, com um acréscimo de 5.571 habitantes, que representam um crescimento de 21%;
- De 1970 a 1980 – Inicia-se um processo inverso nas taxas de crescimento populacional;
- A partir de 1991 – acentua-se a tendência de decréscimo populacional.

Na Tabela 4, observa-se que a população dos municípios goianos localizados na região de abrangência da RIDE cresceu aproximadamente 892% em 45 anos. Enquanto nas outras cidades a população aumentava com a chegada de novos habitantes, a cidade Pirenópolis desenvolvia-se economicamente, ao mesmo tempo ocorria o crescimento da malha urbana acompanhado do esvaziamento populacional a partir da década de 1970. Segundo Soares & Bessa na região do cerrado, “[...] pode ser constatada a existência de aglomerações urbanas em que houve um expressivo esvaziamento de suas populações e atividades econômicas que foram drenadas pelas cidades com papel regional mais significativo” (1999, p. 26).

Tomando como apoio pressupostos teóricos de Milton Santos para explicar o fenômeno do esvaziamento de subespaços na região Centro-Oeste, o autor constatou que as cidades de 20 a 50 mil habitantes entre 1950 e 1980 apresentaram percentuais representativos os quais mostram uma “evolução irregular no período, ainda que em 1980, alcance índice ligeiramente elevado em relação ao de 1950” (SANTOS, 2005, p. 92). Além disso, outro fator importante para se analisar os movimentos populacionais, são os índices referentes às cidades grandes.

Santos diz que “as cidades milionárias absorvem cerca de 35% do crescimento total da população brasileira entre 1960 e 1980” (p.92).

Quando o autor explica o fenômeno da urbanização em nível regional, as perspectivas apontam para outras tendências. No mesmo período, há uma grande concentração populacional na região Sudeste, seguida pelas regiões do Nordeste e Sul, enquanto que às regiões Centro-Oeste e Norte cabem “apenas fatias relativamente reduzidas. Ainda que sua participação seja decrescente nos últimos quatro recenseamentos (1950, 1960, 1970 e 1980), cerca de 60% da população residente nos centros com mais de 20 mil habitantes se encontram o Sudeste” (SANTOS, 2005, p. 81).

Em Pirenópolis, enquanto cidade povoada há quase 300 anos atrás, o movimento populacional foi peculiar, o qual pode ser explicado pelas idéias desenvolvidas por Milton Santos no que tange à urbanização. O autor diz que a intensificação da urbanização em algumas áreas de “antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas” manteve raízes com seu passado, as quais têm papel ativo, porém apresentam remotas possibilidades de atenderem às vocações do presente. O autor segue a lógica da divisão internacional do trabalho e o mercado único interno que integra o território para aprofundar a discussão dos movimentos populacionais. As dimensões continentais do território brasileiro necessitavam de uma lógica comum aos subespaços, a qual privilegiasse diferentemente cada fração do espaço e seu momento histórico, considerando as vocações atribuídas pela divisão territorial do trabalho.

É relevante dizer que existe uma lógica comum, em escala nacional aos subespaços, todavia eles têm movimentos próprios e articulação com o todo: “é assim que podem se explicar não apenas esses dados estatísticos que são as diferenças regionais dos índices de urbanização, mas também dados estruturais, como as diferenças regionais de forma e de conteúdo da urbanização” (SANTOS, 2005, p.67).

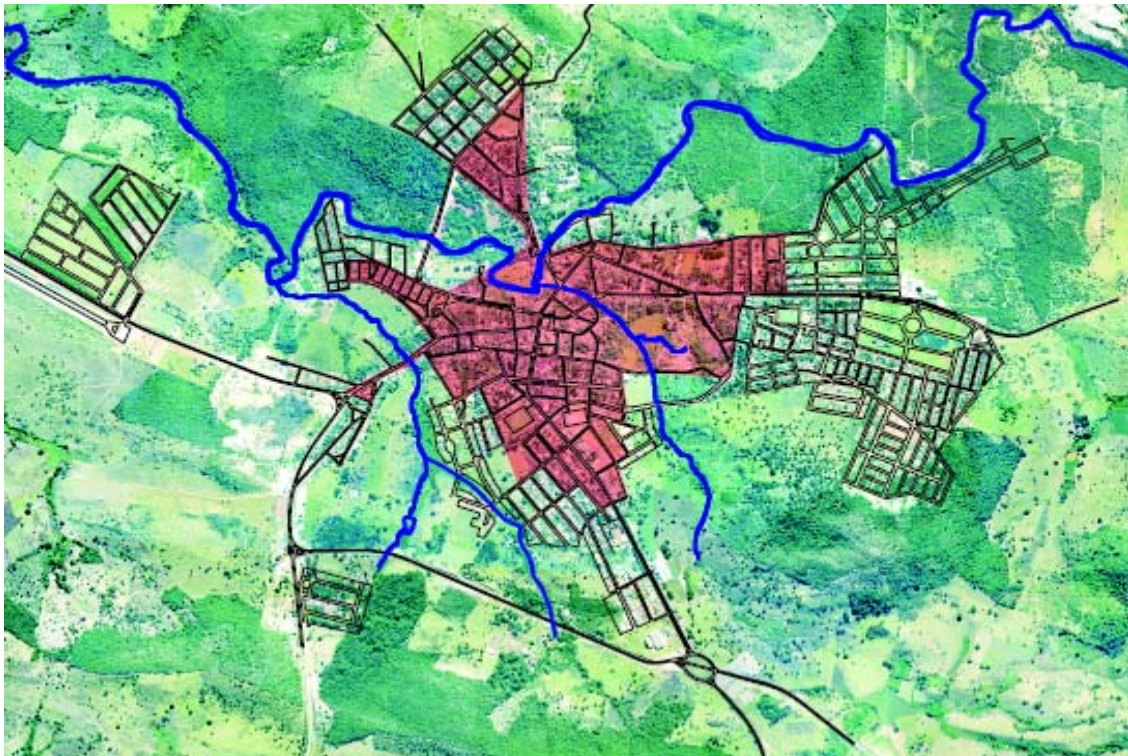
Em Pirenópolis, a modernidade não se implantou sobre o vazio, porque havia heranças culturais, com marcas do período anterior às técnicas inovadoras. Apesar do decréscimo populacional apresentado acima na tabela 04, a malha urbana foi sendo modificada pelo processo de parcelamento do solo, esvaziamento do centro histórico, e aprovação de loteamentos urbanos em áreas periféricas (ver mapa 1 abaixo).

Existem relações entre os locais de trabalho e os locais de lazer, permeados pelas fantasias, desejos, sonhos, as quais motivam as pessoas, com poder aquisitivo, a procurar uma segunda residência. Nas cidades, segundo Villaça (1998), residência, indústrias e serviços disputam espaços. Todavia, todas as atividades disputam a acessibilidade ao centro urbano: “Esse interesse na centralidade é a própria razão de ser das cidades como organismo espacial. Sem ele, as cidades não existiriam” (p.329). Na estrutura do espaço intra-urbano da região Brasília-DF e Goiânia-GO, os setores econômicos dominaram as áreas com funções específicas, ficando reduzido o espaço para lazer a praças, parques e áreas públicas.

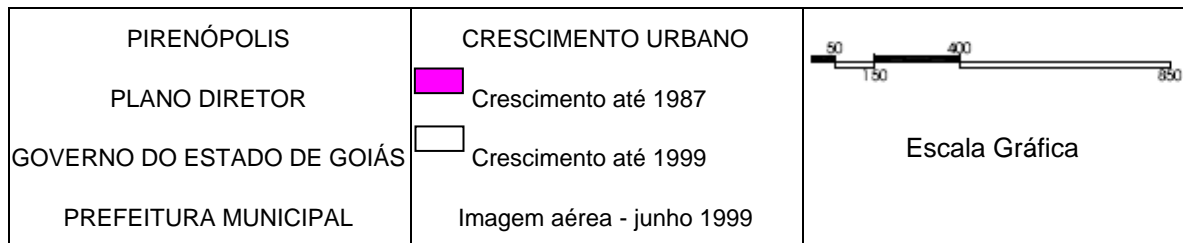
Com base nas idéias de Villaça (1998) podemos entender a busca pelo turismo e lazer nas pequenas cidades do entorno dessa região. Elas apresentam características semelhantes: pequeno centro histórico, atrativos naturais, acessibilidade. O autor reforça que os movimentos populacionais temporários, dentro e fora das cidades acontecem porque existe o acesso. Ele pergunta “Qual a origem ou a fonte da centralidade? Está na possibilidade de minimizarem o tempo gasto e os desgastes e custos associados aos deslocamentos espaciais de seres humanos” (p. 242).

Tulik (2000), ao estudar a cidade de São Paulo, destaca a questão do poder aquisitivo, o qual possibilita aos moradores de grandes centros buscarem outras formas de turismo e lazer, seja

fomentando a rede hoteleira, seja adquirindo uma segunda residência¹⁸ nas regiões serranas e litorâneas, uma vez que “[...] concentram altos índices de renda e um contingente populacional que desfruta as conquistas sociais que lhes garante disponibilidade financeira e maior extensão do tempo livre” (TULIK, 2000, p. 196). Assim, entre os pontos de origem dos fluxos de pessoas e as áreas próximas alastra-se uma expansão imobiliária representada pelo aumento de vendas de residências secundárias.



Fonte: Plano Diretor do Município de Pirenópolis



Mapa 1 - Mapa da malha urbana de Pirenópolis.

Sassen & Roost (2001) expõem que nos países ricos, grande parte dos habitantes reside em subúrbios e pequenas cidades. Em Brasília e Goiânia, onde existem os melhores Índices de Desenvolvimento Humano da Região, esse fenômeno urbano acontece e os moradores mais abastados, cansados dos monumentos históricos, salas de concertos, e museus procuram a natureza: “O turismo moderno deixa o monumento histórico, a sala de concertos e o museu e

¹⁸ Residências secundárias ou segunda residência são termos utilizados na literatura específica do turismo. Trata-se de alojamentos turísticos particulares, utilizados esporadicamente, nos momentos de turismo e lazer, por pessoas que residem em outros locais (TULIK, 2000).

se concentra na cena urbana ou, precisamente, em alguma versão da cena urbana adequada ao turismo” (p. 66). Pirenópolis, por meio da administração municipal, para receber visitantes da região, tem investido nas “cenas urbanas” e aumentado às áreas de turismo ecológico, criando infra-estrutura, revitalizando o centro histórico e restaurando patrimônio arquitetônico.

No mapa acima, as partes em vermelho demarcam o tamanho da área urbana em 1987. A partir de então a cidade expandiu-se para a zona rural, dobrando de tamanho em 12 anos. Esse crescimento territorial não é compatível com o crescimento populacional. Conforme demonstrado nos dados da Tabela 04 acima. Esta situação permite concluirmos que muitas residências, especialmente as localizadas no centro histórico ficam fechadas durante a maior parte do ano.

A IMPORTÂNCIA DO TURISMO EM PIRENÓPOLIS-GO

A região administrativa do entorno de Brasília caracteriza-se por sua heterogeneidade, apresentando traços metropolitanos ao lado de núcleos urbanos com estruturas provincianas e agrárias. Nesse contexto de singularidade, Pirenópolis desponta como expoente do Patrimônio Histórico Arquitetônico Cultural e Paisagístico.

A extração mineral continua sendo uma importante atividade econômica, com forte participação na economia local, trazendo uma soma considerável de recursos para o município. Porém a partir de 1990, com o incremento do Turismo, a cidade passou a um novo patamar em sua economia e ficou conhecida nacional e internacionalmente, a presença de turistas de outras regiões e países já é uma realidade na localidade como podemos constatar na Tabela 01.

O Turismo representa a possibilidade de superação da estagnação econômica, pois empreendimentos voltados para a promoção do bem estar do visitante foram implantados como: as pousadas, os hotéis, os bares, os restaurantes, as fábricas de doces e de queijos, as fazendas foram adaptadas para receber os visitantes, gerando empregos e renda na localidade (SOARES & BESSA, 1999).

É importante ressaltar que o mesmo espaço onde ocorre o Turismo é o palco de outras atividades e este é reconfigurado pelos demais setores econômicos, alguns anteriores à exploração turística. Inicialmente o setor turístico se apropria e utiliza a infra-estrutura já existente nas localidades receptoras, criadas pela população e por outros setores da economia para outros fins. Depois de algum tempo passa a motivar transformações e adaptações para atender as novas necessidades dos visitantes. Segundo Rodrigues (1996, p. 25) esta é uma das dificuldades do planejamento turístico: “conciliar os interesses de uma população que busca o prazer, num local, onde outras pessoas vivem e trabalham”.

O atendimento dessas necessidades pode ocorrer através de projetos paisagísticos modernizando e tornando mais belas as praças e os parques, melhoramentos na infra-estrutura urbana, nas vias de acesso, na rodoviária, no aeroporto, essas ações feitas em função das demandas turísticas, são apropriadas e utilizadas pelos residentes na localidade que delas também se beneficiam. Neste ponto concordamos com as afirmações de Cruz (2000, p. 9): “O modo como se dá a apropriação de uma determinada parte do espaço geográfico pelo turismo depende da política pública de turismo que se leva a cabo no lugar”.

Após o estágio inicial as demandas da população local por melhorias podem ser atendidas pela necessidade da criação de um ambiente e uma infra-estrutura, que proporcionem maior bem estar ao visitante tornando a sua estadia mais agradável e motivando-o a retornar. Ao satisfazer os anseios dos turistas eles voltarão e também divulgarão a comunidade receptora despertando, em outros, o desejo de a conhecerem. A melhor propaganda pode ser a hospitalidade para com o visitante. Nos estágios iniciais a população está satisfeita com as melhorias e se comporta de forma educada e cordial com os visitantes, mas em alguns casos com a passar do tempo essa atitude sofre transformações (LAGE & MILONE, 2000).

Ao lado de alterações substantivas da “paisagem” urbana, verifica-se uma alteração das relações sociais nas comunidades em que o desenvolvimento das atividades turísticas é mais expressivo: na maioria das localidades, é possível observar, ao lado de uma modificação na distribuição espacial dos moradores, das atividades econômicas e dos locais destinados ao lazer, o surgimento de um centro e, em contrapartida, de uma periferia. É lá que são reorganizados os antigos moradores, bem como os segmentos produtivos menos “pitorescos”, de maneira que o contato entre visitantes e nativos, a inserção destes na paisagem urbana, aconteça apenas em obediência às necessidades da produção, do consumo e da prestação de serviços aos turistas (MENDONÇA, 2003, p. 43).

Não existem maiores dificuldades em se conciliar os interesses da população local com as necessidades de lazer dos turistas na cidade de Pirenópolis-GO, pois a utilização dos espaços pelo visitante ocorre em momentos distintos e diferenciados, quando este deixa a localidade, os espaços são novamente ocupados e apropriados pelos residentes que os usufruem no seu cotidiano. Isto não significa que o Turismo não esteja crescendo e não tenha importância no município e no mesmo no meio rural. Ao contrário, como afirma Rodrigues (1996, p. 18) ao chamar a atenção para o fato da atividade alcançar atualmente até mesmo os “sítios mais inacessíveis”, dando a eles “nexos sofisticadamente urbanos”.

Porém é importante ressaltar como afirma Luchiari, que a “[...] organização territorial dos lugares turísticos não responde somente à lógica do lugar, do meio, e da população, ela é a reprodução de atributos valorizados nos centros urbanos emissores, sintetizando na materialidade das cidades [...]” (LUCHIARI, 1998, p. 23).

O sítio histórico local é de grande valor e desperta interesse dos visitantes, entre os atrativos estão as Igrejas, os monumentos e os prédios centenários, as fazendas remontam ao tempo da escravidão. As atrações culturais como as cavalhadas e a festa do divino, também os festivais e outros eventos culturais atraem muitos turistas. Segundo Dias & Aguiar o Turismo cultural é contraditório em relação a conservação do patrimônio arquitetônico, porque da mesma maneira que a “[...] atividade turística fortalece a necessidade de preservação para mantê-lo como atração o intenso movimento de turistas nos ambientes históricos preservados causa problemas enormes que pode levar a destruição de monumentos” (2002, p. 134).

As inúmeras belezas naturais como: as cachoeiras, os paredões de pedra existentes nas elevações do relevo presentes no município. A “Cidade de Pedras” de Pirenópolis, que recentemente foi (re) descoberta por expedição científica patrocinada pelo Governo do Estado de Goiás é ouro importante atrativo que incorporou o município ao rol das pequenas cidades do cerrado, mais especificamente de Goiás, que cresceram economicamente, num ritmo acelerado, nas últimas décadas.

O impacto positivo do Turismo nas pequenas cidades localizadas no “Entorno” do Distrito Federal, vem sendo demonstrado por meio da criação de empregos e da melhoria na condição de vida da população receptora, mas existe um problema, “Os postos de trabalho abertos pelo turismo são geralmente sazonais – ocorrendo durante os períodos de alta temporada – e os níveis salariais de um modo geral são comparativamente baixos, [...]” (DIAS & AGUIAR, 2002, p. 148).

O crescimento do Turismo garante avanço social e econômico nas mais diversas regiões do Brasil e possibilita a geração de emprego e renda com a expansão do mercado de trabalho, devido às inúmeras vagas geradas pela atividade. Estimativas da Embratur apontam que para cada dez empregos gerados na economia um está no setor turístico (DIAS, 2003; RABAHY, 2006).

Mesmo existindo a consciência, nas pequenas comunidades, sobre a necessidade conservação dos atrativos naturais e culturais, da dinamização economia e do desenvolvimento. As carências históricas nunca superadas em algumas áreas do Planalto

Central provocam dificuldades nos contatos iniciais com a realidade transformadora representada pela atividade turística, ocorre um choque cultural levando uma parte importante da população destas localidades a resistirem às mudanças representadas pela chegada do turista e aos benefícios econômicos trazidos pela presença dos visitantes. Apesar das diferenças entre os locais, segundo Ribeiro & Barros, é fato que os variados empreendimentos “[...] apresentam impactos socioambientais ou distorções na distribuição de seus benefícios que os tornam suscetíveis a certos questionamentos e relativizações como atividades de desenvolvimento sustentável” (1997, p. 30).

A importância do Turismo no Brasil e no mundo não pode ser ignorada. Estudos mostram que a atividade turística é hoje a principal indústria mundial. Nos países em desenvolvimento este setor econômico é dos poucos que apresentam *superávit*. Segundo dados da Embratur em nosso país a atividade representa cerca de 4% do PIB nacional e têm reflexos em 53 setores da economia (MONTORO, 2003; DIAS, 2003).

O Turismo passou de uma atividade secundária para o patamar de importante setor da economia. Na virada do século ficou patente segundo Trigo, que “[...] não se pode menosprezar a importância do fenômeno turístico e sua influência econômica, política e cultural. Em vários países, o turismo deixou de ser uma atividade periférica para se tornar agente de destaque na vida cotidiana” (1999, p. 62).

Os benefícios da implementação do Turismo são sentidos nas localidades que passam a explorar a atividade, pois ocorre uma melhoria dos serviços públicos e da infra-estrutura, com um melhor aparelhamento do setor público para o atendimento de novas exigências e necessidades. “A presença dos turistas leva o Poder Público a adaptar seu comportamento às novas necessidades” (OLIVEIRA, 2003, p. 46).

O governo pode criar políticas, leis e incentivos ao turismo, melhorar a segurança do local, promover a preservação da natureza e da cultura locais, providenciar melhoria ou construção de amplo sistema de transporte para o fluxo de turistas, contribuir para um sistema de promoção e divulgação dos locais, fornecer infra-estrutura básica como redes de água e esgotos. A iniciativa privada pode providenciar os alojamentos e a comunidade local pode aprender a hospitalidade (DIAS & AGUIAR, 2002, p. 76).

Observa-se uma melhoria no padrão de educação formal dos habitantes e trabalhadores da localidade receptora, porque precisam aprender outro idioma, para facilitar a comunicação com os visitantes, aumenta o conhecimento da história e da cultura local, os trabalhadores na atividade passam a ter mais informações sobre a fauna e flora, bem como dos principais atrativos da região, os melhores meios de transporte e épocas mais favoráveis para a visitação.

A cidade de Pirenópolis-GO, conta hoje com um campus avançado da Universidade Estadual de Goiás – UEG, onde são ministrados cursos de História, Geografia, Pedagogia e Turismo, este último atende a demanda por profissionais mais qualificados para atender as novas demandas provocadas pelo incremento da atividade turística. Recentemente foi construído, pelo SESC, um balneário e centro recreativo, entre outros investimentos no sentido de dotar a cidade de uma infra-estrutura hoteleira que atenda ao enorme fluxo de visitantes, conforme informações obtidas no Centro de Atendimento ao Turista – CAT em Pirenópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em razão das melhorias ocorridas no sistema infra-estrutura: redes de telecomunicações, de transporte rodoviário e aéreo na região Centro-Oeste e de linhas de crédito rural, subsidiado a taxas de juros muito abaixo do mercado; injeção de recursos federais e formulação de políticas de integração e desenvolvimento e do acelerado processo de urbanização. Fruto do crescimento populacional e dos grandes investimentos realizados na região dos cerrados a partir da década de 1960, ocorreu um aumento fluxo intra-regional de pessoas, criando uma demanda turística que foi e continua sendo um dos motores da dinamização da economia do

Planalto Central Brasileiro.

A abertura de estradas e ferrovias, a chegada de novas e importantes indústrias, a construção de aeroportos e hidrelétricas entre outras obras de grande porte, todas necessárias ao crescimento e a consolidação de Brasília como Capital Federal motivou um processo de migração em direção ao Planalto Central, que provocou um rápido aumento da população regional.

Entre as mudanças ocorridas na região Centro-Oeste está à tendência a concentração populacional nas áreas urbanas. O fenômeno é similar ao que vem ocorrendo nas demais regiões do país desde meados do século passado. Na região do cerrado, o entorno do Distrito Federal e a Região Metropolitana de Goiânia são as aglomerações urbanas que mais cresceram e apresentam um importante contingente populacional de onde partem os principais fluxos humanos intra-regional.

A cidade de Pirenópolis-GO apresenta um grande potencial para a exploração econômica do Turismo e o Poder Público juntamente com os demais segmentos da sociedade vem investindo na atividade, que já apresenta resultados positivos na economia local como: geração de renda e emprego, melhoria da infra-estrutura urbana, qualificação da mão-de-obra e aumento do nível cultural dos habitantes.

Os atrativos existentes na localidade de Pirenópolis apresentam potencial para o crescimento da exploração da atividade turística, pois atraem os mais variados segmentos de turistas, como os viajantes que buscam: lazer, esportes radicais, descanso, contemplação da natureza e os prazeres da gastronomia. Além do Turismo histórico que é o setor mais tradicional na localidade e que atrai pelo valor arquitetônico das suas edificações centenárias e pela grande beleza das suas festas e apresentações culturais.

A reação da população a nova realidade regional é contraditória, pois ao mesmo tempo em que se apropria e tira proveito do desenvolvimento econômico, mas condena as modificações sócio-ambientais que ocorrem na cidade de Pirenópolis, como a degradação ambiental, a chegada de migrantes de outras regiões do país com a sua cultura e a ocupação do espaço urbano para fins diversos dos usos tradicionais desses locais.

O crescimento econômico não promoveu a inclusão social da população natural da região, pois a riqueza gerada pelo processo é na maioria das vezes apropriada pelos novos moradores, ou por empresários oriundos de outras localidades, que investiram em empreendimentos na cidade em busca de oportunidade para obterem lucros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. G. A captura do cerrado e a precarização de territórios: Um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G. (Org.) **Tantos Cerrados**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

ÁRIAS, A. R., BARBOSA, M. A. C. & ZAMBONI, R. A. Uma leitura da evolução recente do mercado de trabalho do setor turismo no Brasil com base nos dados da PNAD e da RAIS. In: **Sistema de informações sobre o mercado de trabalho do setor turismo**. Brasília, IPEA, Nov. 2003.

AZEVEDO, S. Democracia Local e Gestão Metropolitana; Seminário; **Metrópoles: Desigualdades Socioespaciais e Governança Urbana**; GEPUR-CO-SEPLAM-UCG-UFG-UEG-CEFET-GO e Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal. Belo Horizonte: IPPUR/UFRJ-FASE. 2003.

BARBOSA, A. S. TEIXEIRA NETO, A. & GOMES, H. **Geografia: Goiás-Tocantins**. Goiania: Ed. Da UFG, 2004.

BARROS, R. Uma nova ética na gestão urbana: a produtividade social. In: MENDONÇA, F. (Org.). **Cidade, ambiente e desenvolvimento**: abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e RMC. Curitiba, Editora UFPR, 2004. p. 259-273.

BERTRAN, P. **História da terra e do homem no Planalto Central**: Eco-história do Distrito Federal: Do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

BESSA, K. C. F. O. & SOARES, B. R. Novas espacialidades nas áreas de cerrado brasileiro: considerações sobre a rede urbana. **Revista Múltipla**. Ano VI - vol. 7 – nº 11, Brasília, dez. 2001. p. 197-217. Disponível em: <<http://www.upis.br/multipla.htm>>. Acesso em: 12 set. 2007.

BURSZTYN, M. A cara do Brasil. In: DUARTE, M. L. G. & THEODORO, S. H. (Orgs.) **Dilemas do Cerrado**: Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPOS FILHO, C. M. **Cidades brasileiras**: seu controle ou caos: o que os cidadãos devem fazer para a humanização das cidades no Brasil. São Paulo, Stúdio Nobel, 2001. CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: Novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**, Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005.

DIAS, DIAS, R. **Turismo sustentável e meio ambiente**. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, R. & AGUIAR, M. R. **Fundamentos do turismo**. Campinas: Alínea, 2002.

DUARTE, M. L. G. Desenvolvimento sustentável: Um olhar sobre os cerrados brasileiros, In: DUARTE, M. L. G. & THEODORO, S. H. (Orgs.) **Dilemas do Cerrado**: Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

FUNDAÇÃO IBGE. **Censos populacionais de 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970-2000.

_____. **Contagem populacional de 1996 e 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 1996-2005.

KARAM, K.F. Agricultura orgânica: estratégia para uma nova ruralidade. In: MENDONÇA, F. (org.). **Cidade, ambiente e desenvolvimento**: abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e RMC. Curitiba, Editora UFPR, 2004. p. 227-257.

MARQUES, E. C. & BICHIR, R. M. **Estado e espaço urbano**: revisitando criticamente as explicações sobre as políticas urbanas. In: Revista de Sociologia e Política. Nº 16, Curitiba: UFPR/PRPPG, 2001.

MENDONÇA, M. L. M. Turismo sustentável: classes sociais e subjetividades. In: MONTORO, T. S. (Org.). **Cultura do turismo**: desafios e práticas socioambientais. Brasília: Thesaurus, 2003.

MONTORO, T. S. Agenda 21 do Turismo: a construção do imaginário convocante. In: MONTORO, T. S. (Org.). **Cultura do turismo**: desafios e práticas socioambientais. Brasília: Thesaurus, 2003.

MOREIRA, I. **O espaço Geográfico**: Geografia Geral e do Brasil. São Paulo: Ática, 2002.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento**: Planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2001.

RABAHY, W. A. Aspectos do turismo mundial, situação e perspectivas desta atividade no Brasil. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**, Volume I – Número 1, Ago. 2006, <<http://www.ebape.fgv.br/revistaoit/>>. Acesso em 11 set. 2007.

RAMINA, R. H. Redes e poder: O processo de metropolização e a gestão dos recursos naturais. In: MENDONÇA, F. (org.). **Cidade, ambiente e desenvolvimento**: abordagem interdisciplinar de problemáticas socioambientais urbanas de Curitiba e RMC. Curitiba, Editora UFPR, 2004. p. 53-76.

RIBEIRO, G. L. & BARROS, F. L. A corrida por paisagens autênticas: Turismo, Meio Ambiente e subjetividade no mundo contemporâneo. In: SERRANO, C. M. T. & BRUHNS, H. T. (Orgs.) **Viagens à natureza: Turismo, cultura e ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.

ROCHA NETO, J. M., ET AL. **Revista Múltipla**. Brasília, Ano XI - vol. 14 - nº 20, junho de 2006. p. 103-117 Disponível em: <<http://www.upis.br/multipla.htm>>. Acesso em: 13 Jul. 2007.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SASSEN, S. & ROOST, F. A cidade: Local estratégico para a indústria global do entretenimento. In: **Espaço & Debates**: Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Ano XVII, nº 41, 2001. p 66-74.

SCHVASBERG, B. Tendências e problemas da urbanização contemporânea no Brasil. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.) **Urbanização brasileiras**: Redescobertas. Belo Horizonte: C/Arte, 2003.

SILVA, B. C., ET AL. O **potencial da "Cidade de Pedras" para incrementar o Ecoturismo em Pirenópolis-GO**. Revista P@rtes. São Paulo, Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.partes.com.br>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

SILVA, H. L. Desenvolvimento econômico e impacto socioambientais no sudoeste de Goiás. **Revista Múltipla**. Brasília, Ano VIII - vol. 9 – nº 15, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.upis.br/multipla.htm>>. Acesso em: 13 nov. 2006.

SILVA, M. C. **O Plano de Urbanização de Curitiba – 1943-1963 – e a valorização imobiliária**. São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, Tese de Doutorado, 2000.

SIQUEIRA, D. Turismo e religiosidade em Brasília. In: MONTORO, T. S. (Org.) **Cultura do turismo**: desafios e práticas socioambientais. Brasília: Thesaurus, 2003.

SOARES, B. R. & B, K. C. F. O. As novas redes do cerrado e a realidade urbana brasileira. **Universidade Federal de Goiás**: Boletim Goiano de Geografia. Vol. 19 2, Ed. UFG, Goiânia: 1999, p. 11-34.

THEODORO, S. H., LEONARADOS, O. H. & DUARTE, M. L. G. Cerrado: O celeiro saqueado. In: DUARTE, M. L. G. & THEODORO, S. H. (Orgs.) **Dilemas do Cerrado**: Entre o ecologicamente (in) correto e o socialmente (in) justo. Rio de Janeiro: Garamond, 2002, p. 149.

TRIGO, L. G. G. **Turismo e Qualidade**: Tendências contemporâneas. Campinas: Papirus, 1999.

TULIK, O. Residências secundárias no Estado de São Paulo – Identificação de centros emissores de demanda. In: LAGE, B. H. G. & MILONE, P. C. (Orgs.). **Turismo**: Teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

VITORINO, M. R. Introdução ao turismo responsável. In: VITORINO, M. R., FONTES, M. A. L. & FILETTO, F. **Introdução ao turismo responsável**. Lavras: UFLA/FAEPE, 2003.